



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

~~ANTE~~ PROJETO DE LEI 44/2013

Súmula: Altera dispositivos da Lei Estadual nº 1.943, de 23 de junho de 1954.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 21, da Lei Estadual nº 1.943, de 23 de junho de 1954, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 21 São condições para o ingresso:*

I – como Oficial não combatente:

- a) ser brasileiro;
- b) ter no máximo 40 anos de idade no ato da inscrição;
- c) ter concluído Curso Superior na área exigida;
- d) aprovação em concurso público de provas e títulos;
- e) possuir capacidade física;
- f) possuir sanidade física;
- g) possuir aprovação em exame de adequação psicológica para o desempenho das funções institucionais, de caráter eliminatório e em conformidade com o perfil profissiográfico exigido do candidato, realizado de acordo com as normas do Conselho Federal de Psicologia;
- h) ser considerado indicado nos testes toxicológicos;
- i) possuir idoneidade moral;
- j) estar quites com o serviço militar e obrigações eleitorais.

II – como Soldado:

- a) ser brasileiro;
- b) ter no máximo 30 anos de idade no ato da inscrição;
- c) ter concluído o ensino médio;
- d) aprovação em concurso público;
- e) possuir capacidade física;
- f) possuir sanidade física;
- g) possuir aprovação em exame de adequação psicológica para o desempenho das funções institucionais, de caráter eliminatório e em conformidade com o perfil profissiográfico exigido do candidato, realizado de acordo com as normas do Conselho Federal de Psicologia;
- h) ser considerado indicado nos testes toxicológicos;
- i) possuir idoneidade moral;
- j) estar quites com o serviço militar e obrigações eleitorais;
- k) possuir Carteira Nacional de Habilitação, categoria "B", no mínimo.

III – como Cadete do Curso de Formação de Oficiais Combatentes:

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br



- a) ser brasileiro;
- b) ter no máximo 30 anos de idade no ato da inscrição;
- c) ter concluído o ensino médio;
- d) aprovação em concurso público;
- e) possuir capacidade física;
- f) possuir sanidade física;
- g) possuir aprovação em exame de adequação psicológica para o desempenho das funções institucionais, de caráter eliminatório e em conformidade com o perfil profissiográfico exigido do candidato, realizado de acordo com as normas do Conselho Federal de Psicologia;
- h) ser considerado indicado nos testes toxicológicos;
- i) possuir idoneidade moral;
- j) estar quites com o serviço militar e obrigações eleitorais.

§ 1º As condições para ingresso previstas nas alíneas "e", "f", "g", "h" e "i" dos incisos I, II e III serão reguladas por ato do Comandante-Geral da PMPR;

§ 2º A nomeação no caso do inciso I se dará por ato do Governador do Estado e nas demais hipóteses por ato do Comandante-Geral da PMPR.

§ 3º A posse deverá ocorrer no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias a contar do ato de nomeação.

§ 4º Será tomado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo previsto no parágrafo anterior.

§ 5º Somente será empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

§ 6º No ato da posse, deverá ser apresentada declaração de bens e valores que constituem o patrimônio e a declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

§ 7º O exercício do cargo deverá ocorrer no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias a contar da posse.

§ 8º Somente a partir do efetivo exercício das atribuições do cargo o militar estadual ficará sujeito aos direitos e deveres militares.

§ 9º O empossado que não entrar em exercício do cargo no prazo legal previsto neste artigo será exonerado de ofício.

§ 10 O exame de adequação psicológica previsto neste artigo conceitua-se como o processo técnico-científico que utiliza métodos, técnicas e instrumentos que permitem identificar aspectos psicológicos do candidato visando aferir se é detentor de perfil adequado para o desempenho das atividades relativas à função almejada e que consiste na aplicação de baterias de testes psicológicos, de aptidão, de nível mental (coeficiente de inteligência e habilidades mentais) e de personalidade.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 11 No exame de adequação psicológica poderão ser aplicadas por um ou mais psicólogos técnicas coletivas de testes em um grupo de candidatos e/ou técnicas individuais em um candidato, de acordo com as normas do Conselho Federal de Psicologia.

§ 12 Quando não se mostre viável a sua realização pelos órgãos da Secretaria de Estado da Administração e Previdência, poderá a Polícia Militar contratar instituições públicas ou privadas especializadas em processos seletivos e também para elaboração, aplicação e avaliação do exame de adequação psicológica, observada a necessidade de homologação, pela Polícia Militar ou pelo órgão de perícia oficial do Estado, dos atos realizados pelos terceirizados.

§ 13 Ato do Comandante-Geral da PMPR, a ser editado em até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta Lei, regulamentará o exame de adequação psicológica e o perfil profissiográfico exigido dos candidatos às funções militares, prevendo no regulamento a possibilidade de interposição de recurso administrativo pelo candidato, com ou sem concessão de efeito suspensivo, bem como a entrevista devolutiva, que terá caráter puramente informativo sobre o resultado do exame.

§ 14 As condições para ingresso previstas no inciso I deste artigo, não se aplicam para o ingresso ao Quadro de Oficiais de Administração (QOA) e ao Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar (QEOPM), devendo ser aplicada a legislação específica."

Art. 2º A aplicação desta lei não atingirá os concursos (processos seletivos) que se encontram em andamento na PMPR, ou seja, em que o processo seletivo teve seu início anterior à vigência da presente lei.

Art. 3º Ficam revogados os artigos 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45 e 46 da Lei Estadual nº 1.943, de 23 de junho de 1954.

Art. 4º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 18 de fevereiro de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHÁ,
GOVERNADOR DO ESTADO

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.
Em, 19/02/2013
Presidente



MENSAGEM

Nº 009 /2013

Curitiba, 18 de fevereiro de 2013.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 20 FEV. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao art. 21 da Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954 (Código da Polícia Militar do Paraná), assim como adotar outras providências.

A Polícia Militar do Paraná, instituição sesquicentenária, responsável pela preservação da ordem pública, possui previsão legal de condições de ingresso no art. 21, da Lei Estadual nº 1.943, de 23 de junho de 1954, conforme segue:

"Art. 21 - São condições para o ingresso:

I - como oficial não combatente:

- aprovação em concurso;

II - como soldado:

a) - ser brasileiro nato;

b) - ser reservista do Exército, da Marinha de Guerra ou da Aeronáutica Nacional, ou ser portador de autorização do Comando da Região Militar;

c) - ser alfabetizado;

d) - ter comprovada moralidade;

e) - ter capacidade física comprovada pelo serviço de saúde da Corporação; e

f) - ter no máximo 30 anos de idade.

III - como aluno do C.F.O.C.:

- a respectiva matrícula, na forma do Regulamento próprio."

Como observado, diante de todas as mudanças ocorridas dos idos do ano de 1954 até o presente ano de 2012, sendo a mais importante no aspecto jurídico-legislativo a Constituição Federal de 1988, o maior diploma legal de todos, ocorreram adaptações necessárias nas condições de ingresso para a PMPR, no entanto, de forma legalmente frágil, pois nos utilizamos de interpretações e diplomas legais similares.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot.11.175.912-0

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350-2800 | Fax: (41) 3254-7345 | www.pr.gov.br



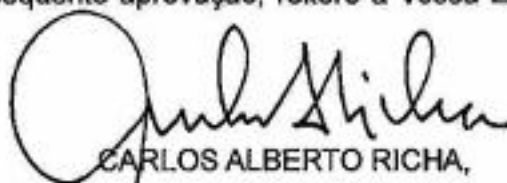
Em face destas adaptações, a Polícia Militar do Paraná é alvo constantemente de demandas judiciais, que discutem a legalidade e validade dos concursos para ingresso na Corporação.

Diante deste quadro, apresento o presente Anteprojeto de Lei visando uma sensível diminuição no número de demandas judiciais que são impetradas contra os atos da Corporação, buscando aumentar e agilizar o processo seletivo para o ingresso na Corporação, que hoje, tendo em vista as várias demandas judiciais, apresenta o processo seletivo e de ingresso moroso e por muitos discutidos quanto a sua eficácia e aplicação.

Propõe-se, também, a revogação dos artigos 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45 e 46 da citada lei, com o objetivo de evitar possíveis discussões e conflitos com a nova redação do artigo 21.

A presente proposta visa, em sua essência, regularizar, respeitando-se os ditames legais, a forma mais apropriada, adequada, técnica e juridicamente justa e correta de ingresso na Polícia Militar do Paraná a todos aqueles que se interessarem em fazer parte daquela Corporação, esteio de eficácia na prestação de serviços de segurança pública e patrimônio dos paranaenses.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ,
GOVERNADOR DO ESTADO



Lei 1943 - 23 de Junho de 1954.

Publicado no Diário Oficial nº 108 de 17 de Julho de 1954

Súmula: Código da Polícia Militar do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º. A Polícia Militar do Estado, Corporação instituída pela Lei nr. 7, de 10 de agosto de 1854, para a segurança interna e manutenção da ordem no território estadual, é subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça e considerada, de acordo com a legislação federal, força auxiliar, reserva do Exército Nacional, situação esta que a obriga a atender à convocação do Governo Federal, em caso

Art. 21. São condições para o ingresso:

I - como oficial não combatente:

aprovação em concurso;

II - como soldado:

a) ser brasileiro nato;

b) Ser reservista do Exército, da Marinha de Guerra ou da Aeronáutica Nacional ou ser portador de autorização do Comando da Região Militar;

c) ser alfabetizado;

d) ter comprovada moralidade;

e) ter capacidade física comprovada pelo serviço de saúde da Corporação; e

f) ter no máximo 30 anos de idade.

III - Como aluno do C.F.O.C.:

a respectiva matrícula, na forma do Regulamento próprio.



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 44/2013

Autor: PODER EXECUTIVO
Relator: Deputado PEDRO LUPION

Súmula: Altera dispositivos da Lei nº 1.943 de 23 de junho de 1954

EMENTA: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ - PROJETO DE LEI DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO PARA ALTERAR A REDAÇÃO DO ARTIGO 21 DA LEI Nº 1.943/1954 (CÓDIGO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ) - POSSIBILIDADE - LEGITIMIDADE AFERIDA - ARTS. 65, 66 E 87 DA CE - ART. 61 DA CF - ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP - CONSTITUCIONAL - PARECER PELA APROVAÇÃO.

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) n.44/13, de autoria do PODER EXECUTIVO tem por escopo alterar o artigo 21 da Lei Estadual n. 1.943 de 23 de junho de 1954 (Código da Polícia Militar).

Concedido vista.

Em 26/02/2013

Pericles
Deputado
Assinatura



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



De acordo com a justificativa encaminhada pelo Poder Executivo, a Lei que se pretende alterar é dos idos do ano de 1954 devendo a mesma passar por uma adaptação considerando as alterações jurídicas e sociais que ocorreram até a corrente data. Em principal destaca a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Desta forma, visa readaptar as condições de ingresso para a Polícia Militar do Paraná, justamente para se evitar as constantes demandas judiciais, em que a PMPR é alvo, as quais discutem a legalidade e validade dos concursos para ingresso na Corporação.

Com a alteração pretendida o que se busca, além de reduzir substancialmente as demandas judiciais, é agilizar o processo seletivo para o ingresso na Corporação, haja vista que com a quantidade de ações judiciais tem se tornado cada vez mais moroso.

Ainda, o PL pretende revogar os artigos 36, 37, 38, 40, 41, 42, 44, 45 e 46 da Lei em apreço, com o propósito de se evitar qualquer conflito com a nova redação, que se pretende dar, ao artigo 21 do mesmo Diploma.

Por fim, argumenta que a proposta visa, em sua essência, regularizar, respeitando-se os ditames legais, a forma mais apropriada, adequada, técnica e juridicamente justa e correta de ingresso da Polícia Militar do Paraná a todos aqueles que se interessarem em fazer parte daquela Corporação, esteio de eficácia na prestação de serviços de segurança pública e patrimônio dos paranaenses.



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Uma vez apresentado o PL a esta Casa Legislativa, o referido fora encaminhado a esta Comissão nos termos do Regimento Interno, cabendo a este Parlamentar a relatoria.

É O RELATÓRIO.

II - VOTO DO RELATOR

A função do controle preventivo dos Projetos de Lei, exercido por esta Comissão é exatamente evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação. Fala-se, destarte, unanimemente em integridade do ordenamento jurídico e proteção da supremacia da Constituição e da superioridade hierárquica do direito federal em relação ao estadual.¹

Compete, assim, se pronunciar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e

¹ A Comissão de Constituição e Justiça cumpre o importante papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: *'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'*. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



redação da matéria sob exame, nos termos do que prevê o 33-A, inciso I², do Regimento Interno.

Realizadas estas considerações iniciais passo a analisar o juízo de adequação procedimental em relação a Constituição Estadual e a Constituição da República, verificando a constitucionalidade formal do presente projeto de Lei.³

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia [sic], ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia [sic], sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

² Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

³ Cf. menciona Pedro LANZA, em relação a constitucionalidade/inconstitucionalidade formal: '[...] a inconstitucionalidade formal propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo'. (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 252)



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia [sic] Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que é de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66, incisos II e III:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

[...]

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva.

III organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar.

No mesmo sentido menciona o artigo 87, inciso VI da Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Por fim, cumpre-me mencionar que o Projeto de Lei em apreço, em relação a iniciativa coaduna perfeitamente com a



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Constituição Federal, mais precisamente o artigo 61, §1º, inciso II, alínea c, o qual menciona:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

[...]

II - disponham sobre: [...]

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Conforme autoriza o regimento interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, mais especificamente o artigo 33-A, inciso IV, alínea 'f'⁴, passo a me manifestar em relação ao mérito da proposição.

Em um primeiro momento válido mencionar que nosso ordenamento constitucional apresenta a organização

⁴ 'Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça: [...]

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre: [...]

f) alteração de Códigos; e [...]'



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



administrativa do Estado no sentido que os servidores públicos se situam em posição hierarquicamente subordinada ao mandatário do Poder respectivo.

Em relação a possibilidade jurídica das alterações legislativas pretendida pelo ora Projeto de Lei é possível concluir, interpretando-se o artigo 144, §6º da Constituição Federal⁵, que os organismos policiais militares integram a estrutura institucional do Poder Executivo, se encontrando em posição direta de dependência administrativa, funcional e financeira em relação ao Governador do Estado.

Aliado ao fato que a Constituição, ao tratar de Segurança Pública, não garantiu qualquer autonomia às polícias militares, civis, aos corpos de bombeiros militares, e assim sendo, subordinam-se diretamente aos Governadores dos Estados, está perfeitamente autorizado ao Poder Executivo realizar as alterações pretendidas no Código da Polícia Militar.

Deve-se considerar, ainda, que o Projeto de Lei em apreço busca reduzir o número de demandas judicial, as quais questionam os concursos públicos realizados para ingresso

⁵ Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: [...] § 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



naquela Corporação, fato este que já representa economia ao erário público.

No mesmo sentido busca agilizar o ingresso de novos servidores na Polícia Militar, possibilitando uma segurança mais efetiva e eficiente à população.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

É O VOTO.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 44/2013, de autoria do Poder Executivo, em virtude de sua LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE.

Sala das Comissões, 05 de março de 2013.

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA


PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 44/2013


Em exame o Projeto de Lei nº 44/2013, Mensagem nº 009/2013, de autoria do Poder Executivo, que altera o Art 21, da lei nº 1.943/1954, referente ao Código da Polícia Militar do Paraná.

Procedida minuciosa análise da Proposição, e ainda considerando o Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, informa-se que nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, estando o Projeto de Lei em condições de merecer o finalíssimo exame do Plenário desta Casa.

Em sendo assim, esta Comissão de Segurança Pública, manifesta-se FAVORAVELMENTE à Proposição em epígrafe.

Sala das comissões, em 13/03/2013


Mauro Moraes
Deputado Estadual
Presidente da CSP


Roberto Acioli
Deputado Estadual
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

21

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 44/2013

Emenda de Plenário nº <u>01</u>
DAP <u>15 ABR. 2013</u>
Visto <u>Ilanaia</u>

SÚMULA: Modifica a alínea "b" do inciso III do artigo 21 da Lei Estadual 1.943/1954 que está sendo alterada pelo PL 44/2013 de autoria do Poder Executivo.

No art. 1º do PL 44/2013, modifica-se a alínea "b" do inciso III do art. 21 da Lei Estadual 1.943/1953 que está sendo alterada pelo PL 44/2013, para vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

Art. 21 (...)

III - Como Cadete do Curso de Formação de Oficiais Combatentes:

a) (...)

b) Ter, o candidato civil, no máximo 30 anos de idade no ato da inscrição.

Plenário das Sessões 15 de abril de 2013.

Bancada do Partido dos Trabalhadores

Dep.ª Luciana Rafagain

Dep. Tadeu Veneri

Dep. Enio Verri

Dep. Ercicles de M. Mello

Dep. Eton Welter

Dep. Toninho Wandscheer

Dep. Prof. Lemos



VOTO EM SEPARADO À EMENDA DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI Nº 44/2013

Projeto de Lei nº 44/2013

Autor da emenda: Bancada do PT.

Súmula: Modifica a alínea "b" do Inciso III do art. 21 da Lei Estadual 1.943/1954 que está sendo alterada pelo PL 44/2013 de autoria do Poder Executivo.

EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. PARECER PELA DESAPROVAÇÃO. ART. 7º, XXX, CF. ART. 39, §3º, CF. SÚMULA 683 DO STF. PARECER PELA REJEIÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, visa alterar dispositivos da Lei Estadual nº 1.943, de 23 de junho de 1954.

Ocorre que a proposição recebeu Emenda Modificativa de Plenário e, por esta razão, é que a referida emenda submete-se agora à análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

A discussão central sobre a Emenda de Plenário ao PL nº 44-2013, reside na viabilidade legal e constitucional, para a criação de critérios diferenciados entre os militares estaduais e civis para ingresso como cadete no Curso de Formação de Oficiais.

Em verdade, tal debate já foi enfrentando em diversas ocasiões pela Corporação, a qual em diversos pleitos judiciais, quedou vencida, exatamente por manter condições diferenciadas para ingresso de

APROVADO

Gf 23.04.13



integrantes da Corporação e de civis, existindo, até certa medida, privilégio dos militares com relação aos civis.

Inclusive, este é um dos fatores que impulsionou a PMPR a propor o projeto de lei nº 44/2013, vez que a adoção de exigências diferenciadas, ocasiona em grave quebra ao princípio da isonomia, e os candidatos desclassificados ingressam com ações junto ao Poder Judiciário requerendo igualdade de condições.

Um exemplo claro, gira em torno do Edital de concurso público sob nº 073/2010-CRS, cuja finalidade foi selecionar candidatos para ingresso como Oficial Não Combatente da Polícia Militar, mais especificamente, como Médicos e Farmacêuticos/Bioquímicos.

Ocorre que o instrumento convocatório passou a ser discutido no âmbito judicial e administrativo, em especial, quanto ao critério etário, já que para os concorrentes que não exerciam cargo público necessitavam ter idade inferior a 30 (trinta) anos e, para os funcionários públicos, a idade foi mais elástica, admitindo inscritos de até 40 (quarenta) anos, nos termos do item 4.2:

4.2 DAS CONDIÇÕES DE NOMEAÇÃO E INGRESSO NA PMPR

4.2.1 Os candidatos aprovados em todas as fases do Concurso Público regulado por este Edital, dentro do limite de vagas estabelecidas, somente serão nomeados e ingressarão na PMPR no posto de 1º Tenente PM Médico ou 1º Tenente PM Farmacêutico/Bioquímico se atendidos os seguintes requisitos:

- a) Ser brasileiro;
- b) Ser diplomado no Curso de Medicina ou Farmácia/Bioquímica devidamente registrado e reconhecido pelo Ministério da Educação;
- c) Ter concluído 02 (dois) anos completos de residência médica na especialidade que optar, comprovado por cópia autenticada do diploma correspondente, ou estágio correspondente no caso dos farmacêuticos/bioquímicos também comprovados por cópias autenticadas, de documentos que comprovem tal estágio (Carteira de Trabalho, Cópia de Contrato de Prestação de Serviços, Declarações, etc);
- d) Ser inscrito e estar regularmente registrado em Conselho Regional de Medicina ou de Farmácia/Bioquímica e no ato da nomeação estar regularizado no CFM e CRM/Pr ou no CFF e CRF/Pr;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



- e) Não se encontrar denunciado em processo criminal pela prática de crime de natureza dolosa e nem possuir antecedentes criminais ou policiais incompatíveis com a carreira militar;
- f) Estar em dia com as obrigações relativas ao serviço militar;
- g) Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- h) Ter idade inferior a 30 (trinta) anos, salvo se for funcionário público efetivo, oficial ou praça da Corporação, casos em que poderá inscrever-se até os 40 (quarenta) anos completados até o último dia da inscrição.
- i) Não ter sido excluído ou licenciado a bem da disciplina da PMPR, das Forças Armadas ou de outra Força Auxiliar;
- j) Como servidor público, não ter sido demitido a bem do serviço público ou por ato de improbidade administrativa. (negritamos)

Desta feita, o Edital regulamentador do certame diferenciou, em razão da idade, os inscritos de origem dos entes estatais dos que não eram, com parâmetros diversos em relação a faixa etária, o que gerou uma diversidade de demandas.

É certo que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 7º, inciso XXX, ao se referir aos trabalhadores brasileiros, de forma genérica, veda a discriminação em razão da idade, sexo, cor e estado civil, nos seguintes termos:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

As regras estabelecidas são aplicáveis aos servidores públicos civis, por força do art. 39, § 3º, o qual, apesar de remeter ao art. 7º, inciso XXX, deixa evidente a possibilidade de prever requisitos diferenciados para a admissão:

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

(...)

§ 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir. (grifei).

Aos militares estaduais, de forma diferenciada, a Carta Magna dedicou especial atenção. Reconhecendo as peculiaridades da atividade, abriu uma exceção e delegou à Lei estadual específica a competência para delimitar as normas para ingresso, admitindo, portanto, a existência de qualificativos discriminatórios para a entrada nas fileiras da Polícia Militar, desde que especificados em lei. Esta é a leitura do art. 42, § 1º, em combinação com o art. 142, § 3º, inciso X, da Constituição Federal:

Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores. (grifo nosso)

Art. 142. (...)

§3º (...)

X - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998). (sem destaque no original).

Para a Polícia Militar do Paraná, a Lei estadual específica de que trata a *Lex Maxima*, é o Código da PMPR (Lei estadual nº 1.943/54). Especificamente para o exemplo do Quadro de Oficiais não combatentes, a regra atualmente em vigência, é a do art. 37, conforme transcrevemos na íntegra:



Art. 37 - Verificada a vaga e esgotado o número de candidatos habilitados em concurso para nomeação, o Comando Geral fará publicar, no "Diário Oficial", editais de inscrições, pelo prazo de trinta dias, juntamente com a relação dos títulos ou documentos obrigatórios à inscrição, discriminando os pontos previamente organizados para cada caso e as instruções relativas à contagem de pontos para a classificação.

§ 1º - O pedido de inscrição é dirigido ao Comandante Geral, em requerimento acompanhado de documentos comprobatórios de que o candidato:

- a) - é brasileiro nato;
- b) - está quite com o serviço militar;
- c) - tem idade inferior a 30 anos; salvo se for funcionário público efetivo, oficial ou praça da Corporação, casos em que poderá inscrever-se até os quarenta anos. (grifo nosso).
- d) - está no gozo dos direitos políticos;
- e) - tem idoneidade moral reconhecida; e
- f) - tem capacidade física comprovada em inspeção de saúde procedida pela junta médica da Corporação.

§ 2º - Ao concurso para o qual se exija profissional diplomado em curso superior, a inscrição é feita na forma do § 1º e mediante prova de que o candidato:

- a) - é diplomado; e
- b) - está com o seu diploma devidamente registrado e preenche as demais exigências legais para o exercício da profissão.

§ 3º - É facultado ao candidato a apresentação de quaisquer documentos ou trabalhos reveladores de sua capacidade intelectual ou técnica.

Deste modo, o Edital citado como exemplo, que inaugurou o concurso público, se resumiu a transcrever as diretrizes estampadas no Código da PMPR.

Outro vertente a ser analisada quanto a criar exceções, é de que em dado momento, outras categorias também passam a atrair regras específicas, se transformando em uma verdadeira salada de critérios, por vezes absurdas, e de difícil compreensão, como o próprio Curso de Formação de Oficiais, cuja idade de ingresso, atualmente, é definida pelo Decreto estadual nº 3132/2008, com as alterações introduzidas pelo Decreto estadual nº 2200/2011:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



Art. 4º Aos candidatos aprovados no CP será exigido, além das formalidades determinadas no edital regulador do certame, o atendimento dos seguintes requisitos, indispensáveis e de caráter eliminatório, para ingresso na PMPR.

I - candidatos civis:

- a) ser brasileiro;
- b) ter idade entre 16 e 25 anos, até a data do ingresso e concomitante
- (...)

II - candidatos militares, além do preenchimento dos requisitos exigidos dos candidatos civis naquilo que lhes for pertinente:

- a) ter idade até 30 anos, na data da matrícula;
- (...)

§ 2º Para os candidatos pertencentes ao **efetivo da Polícia Militar do Paraná não haverá limite máximo de idade** para ingresso no CFO/PM ou CFO/BM. (negritamos).

Como se vê, há três regras diversas, para o Curso de Formação de Oficiais: uma destinada a candidatos civis, outros a militares e uma terceira regra específica para os policiais militares de nosso Estado.

A discussão, então, deve orbitar quanto a vigência da emblemática norma estadual e a legalidade ou não da previsão separatista, já que o diploma legal foi contemplado há quase 60 (sessenta) anos, ou seja, na época em que vigorava a Constituição Federal de 1946. Portanto, nossa apreciação deve concluir pela existência ou não do fenômeno da recepção, bem como, se o dispositivo contraria os atuais princípios da novel Carta Democrática.

Como passo seguinte de nossa jornada, pesquisamos e constatamos existir pacificado entendimento jurisprudencial que a utilização de critérios segregatórios para o ingresso na carreira militar não é inconstitucional, aliás, é possível, desde que previsto em lei e se revele imprescindível para a função pública que será exercida:

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA.
ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. CONCURSO
PÚBLICO. POLÍCIA MILITAR. IDADE. LIMITE MÁXIMO.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



POSSIBILIDADE. PREVISÃO LEGAL. RAZOABILIDADE.
NATUREZA DO CARGO. PRECEDENTES.

1. A lei ordinária pode, ex vi da interpretação dos art. 7.º, inciso XXX, 39, § 2.º, 37, inciso I, da Constituição Federal, estabelecer limites mínimo e máximo de idade para ingresso em funções, empregos e cargos públicos, desde que pautada no princípio da razoabilidade. 2. **Considerando-se as especificidades da carreira militar, não pode ser tida por desarrazoada, despropositada ou discriminatória a idade máxima de 25 anos para o ingresso na Polícia Militar do Estado do Mato Grosso.** 3. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no RMS 30.047/MT, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 08/03/2010).

Em resumo, podemos afirmar que os critérios diferenciados podem ser reclamados, desde que acobertados por norma estadual e, ainda, condicionados à razoabilidade da exigência para o cargo público. Em outras palavras, deve existir pertinência, uma lógica e racionalidade entre o pré-requisito exigido no certame e as tarefas que serão desenvolvidas, o que, vale comentar, já foi sumulado pela Corte Suprema nos seguintes termos:

Súmula nº 683 do STF

O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, XXX, da Constituição Federal, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

A objetividade em exigir uma idade limite para ingresso na Polícia Militar é justificável se levarmos em conta a capacidade física necessária para o desempenho do cargo. Em conclusão, é plenamente legal e cabível; contudo, a exigência de jovialidade, independe da ocupação profissional do candidato, ou seja, independente se era ou não militar anteriormente.

A aptidão física vinculada ao tempo de vida do indivíduo nada guarda de relação com seu labor. Frisamos novamente, a adoção de critérios diferenciados para entrar na Corporação não é desarrazoado, o que não nos convence, são motivos pelos quais o vigor físico exigido



através da idade é diferente, se levarmos em conta apenas a condição de agente público ou não. É uma discriminação ilógica, que tem o condão de privilegiar de forma desproporcional os militares em relação aos demais trabalhadores, visto que dos primeiros, na redação utilizada pela Emenda Modificativa, não será exigido qualquer limite de idade, enquanto que do outro grupo haverá limitação de 30 (trinta) anos, sem existir qualquer pertinência, pois, se o objetivo da norma é selecionar candidatos mais jovens, e consequentemente, com maior vitalidade, é incoerente pensar que o simples fato de ser policial militar irá retardar a mocidade do candidato. Em relação a este fato, a Suprema Corte já decidiu com raciocínio semelhante ao nosso:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. CONCURSO PÚBLICO. MÉDICO MILITAR. LIMITE DE IDADE. 1. O recorrido, aprovado em concurso público para Primeiro Tenente Médico Policial Militar do Quadro de Oficiais de Saúde do Estado de São Paulo, **não pôde ser empossado, sob o argumento de que, na época da inscrição para o certame, tinha mais de 35 anos de idade.** 2. **Editais que fixou idade máxima, em concurso para médico militar, apenas para inscrição de candidatos civis.** A Corte de origem afastou essa diferenciação e determinou a posse do recorrido. 3. **Se o bom desempenho das atividades de médico da Polícia Militar demanda a força física peculiar ao jovem, a exigência de 35 anos de idade máxima deveria ser atribuída a todo e qualquer candidato e não apenas aos civis. Fica claro que a distinção em debate foi criada para favorecer os militares.** Precedente: RMS 21.046. 4. Agravo regimental improvido. (215988 SP, Relator: ELLEN GRACIE, Data de Julgamento: 17/10/2005, Segunda Turma, Data de Publicação: DJ 18-11-2005 PP-00019 EMENT VOL-02214-02 PP-00320 RNDJ v. 6, n. 74, 2006, p. 57-59)

APELAÇÃO CÍVEL. CONCURSO PÚBLICO PARA SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR. DESCLASSIFICAÇÃO. CANDIDATO QUE CONTAVA COM MAIS DE TRINTA ANOS DE IDADE NO ATO DA INSCRIÇÃO, ULTRAPASSANDO O LIMITE ETÁRIO PARA INGRESSO NA CARREIRA. EXIGÊNCIA PREVISTA EM LEI E COMPATÍVEL COM AS ATIVIDADES A SEREM EXERCIDAS. PRECEDENTES DESTA CORTE E DOS



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



TRIBUNAIS SUPERIORES. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. A limitação de idade para ingresso na carreira militar é plenamente justificável em razão das atividades extenuantes que serão exercidas pelo soldado, dele se exigindo plena capacidade física. (TJPR - 5ª C.Cível - AC 947066-6 - Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Adalberto Jorge Xisto Pereira - Unânime - J. 12.03.2013)

Como se observa, na nova concepção normativa encaminhada para a Assembleia Legislativa, não há mais diferenças quanto ao fator etário para militares e não-militares, de tal modo que seja nesta oportunidade ou tardiamente com intervenção do Poder Judiciário, será reconhecida a quebra de isonomia, o que nos impulsiona a apresentar o presente voto em separado.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, exaramos nosso **voto em separado** pela **REJEIÇÃO** da emenda em análise.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2013.

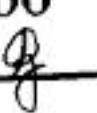

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

RELATOR


PROVADO

23.04.13 



Projeto de Lei nº 134/2013

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 15 ABR 2013

Kury
1º Secretário

Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no Município de Umuarama.

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no Município de Umuarama.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de Abril de 2013.



FERNANDO SCANAVACA
Deputado Estadual - PDT



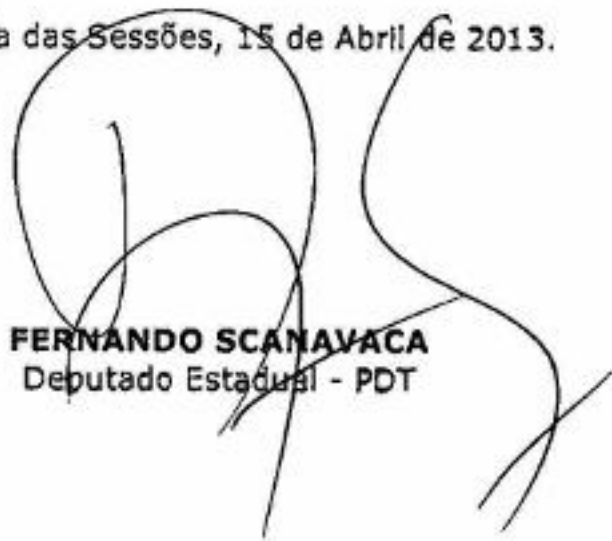
JUSTIFICATIVA

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de Umuarama/PR, é uma Associação Civil, filantrópica, de caráter assistencial, cultural, educacional, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, tendo sede na Rua José Dias Lopes, 5170, Zona 03, e foro no Município de Umuarama, no Estado do Paraná.

A APAE tem por missão promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhorias da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Diante do exposto, solicitamos a concessão do Título de Utilidade Pública Estadual para a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no Município de Umuarama-PR. A documentação encontra-se em conformidade com as exigências da legislação pertinente.

Sala das Sessões, 15 de Abril de 2013.


FERNANDO SCANAVACA
Deputado Estadual - PDT



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 134/2013

Projeto de Lei nº. 134/2013

Autora: Deputado Fernando Scanavaca

Súmula: Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS EXCEPCIONAIS, com sede e foro no Município de Umuarama.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA
FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM
ANEXO.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Fernando Scanavaca, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS EXCEPCIONAIS DE UMUARAMA**, com sede e foro no Município de Umuarama, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o nome da entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

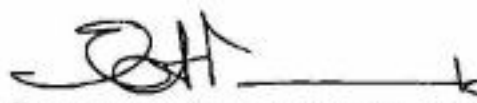


CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo.

Sala das Comissões, em 24 de Abril de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR



APROVADO
24.04.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 134/2013


De acordo com o que determinam os artigos 29 e 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fica modificado a Súmula e o Artigo 1º do Projeto de Lei nº 134/2013, passando a contar com a seguinte redação:

"Súmula- *Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Umuarama, com sede e foro no Município de Umuarama".*

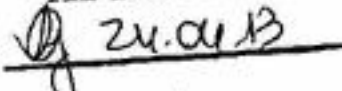
Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Umuarama, com sede e foro no Município de Umuarama, Estado do Paraná.


Sala das Comissões, em 24 de Abril de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR


APROVADO


24.04.13


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





~~ANTE~~PROJETO DE LEI 142 / 2013

Súmula: Autoriza a construção, no Estado do Paraná, dos empreendimentos hidrelétricos que especifica.

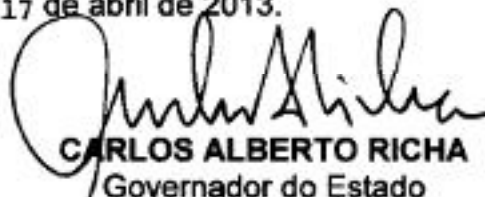
***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Fica autorizada a construção dos empreendimentos hidrelétricos relacionados no Anexo Único desta Lei, nos municípios correspondentes, no Estado do Paraná.

Art. 2º As construções dos empreendimentos hidrelétricos de que trata o artigo anterior estão sujeitas ao cumprimento das normas ambientais, observadas as legislações municipal, estadual e federal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 17 de abril de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

**PARANÁ**GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador**ANEXO ÚNICO DE QUE TRATA O ARTIGO 1º****EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS COM LICENÇA JÁ EMITIDA**

EMPREENDIMENTO	RIO	BACIA	POTÊNCIA MW	MUNICÍPIOS	EMPREENDEDORES	LICENÇA
UHE Baixo Iguaçu	Iguaçu	Iguaçu	350	Capanema e Capitão Leônidas Marques	GERAÇÃO CÉU AZUL- Grupo Neoenergia	Licença Prévia Nº 17.648
CGH São Pedro	Vitorino	Iguaçu	0,3	Bom Sucesso do Sul	Usina São Pedro ME	LO de Regularização Nº 25.970
CGH Dalba	Do Poço	Iguaçu	0,71	Guarapuava	Dalba Energética LTDA	Licença Prévia Nº 27.455 e Licença de Instalação Nº 13.120 – empreendimento em regularização.
PCH Dois Saltos	Dos Patos	Ivaí	25	Prudentópolis	Dois Saltos Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica LTDA	Licença Prévia Nº 31.430

MENSAGEM
Nº 033/2013

Curitiba, 17 de abril de 2013.

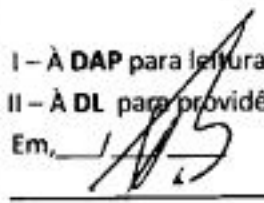


PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 

Presidente

Senhor Presidente,

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 22 ABR. 2013


1º Secretário

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Assembleia Legislativa, anteprojeto de lei que objetiva a obtenção de autorização legislativa para a construção, no Estado do Paraná, dos empreendimentos hidrelétricos abaixo relacionados:

UHE Baixo Iguaçu (Rio Iguaçu – Bacia Iguaçu – Municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques);

CGH São Pedro (Rio Vitorino – Bacia Iguaçu – Município de Bom Sucesso do Sul);

CGH Dalba (Rio Iguaçu – Bacia Iguaçu – Município de Guarapuava); e

PCH Dois Saltos (Rio dos Patos – Bacia Ivaí – Município de Prudentópolis).

Salienta-se que o presente anteprojeto de lei busca dar cumprimento ao artigo 209 da Constituição Estadual, que assim dispõe:

Art. 209. Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembleia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária.

Cumpre informar, ainda, que os empreendimentos hidrelétricos, cuja autorização se pretende para a construção, estão devidamente licenciados pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP, entidade vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito “REGIME DE URGÊNCIA” para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br

14:58 22/04/2013 003336 DM 003336



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 142/13

Projeto de Lei nº 142/13

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 33/2013

Súmula: Autoriza a construção, no Estado do Paraná, dos empreendimentos hidrelétricos que especifica.

EMENTA: AUTORIZA A CONSTRUÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS: USINA HIDRELÉTRICA DE ENERGIA - UHE, CENTRAIS GERADORAS HIDRELÉTRICAS - CGH E PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA - PCH. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65 E 209 CE. ARTS. 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ART. 2º DA RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IAP Nº 09/10. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

VISTA EM 23/04/2013

Todos os deputados

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

CCJ

REGIME DE URGÊNCIA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa a construção dos empreendimentos:

- **Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu** (Rio Iguaçu – Bacia Iguaçu – Municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques);
- **Central Geradora Hidrelétrica São Pedro** (Rio Vitorino – Bacia Iguaçu – Município de Bom Sucesso do Sul);
- **Central Geradora Hidrelétrica Dalba** (Rio Iguaçu – Bacia Iguaçu – Município de Guarapuava);
- **Pequena Central Hidrelétrica Dois Saltos** (Rio dos Patos – Bacia Ivaí – Município de Prudentópolis).

De acordo com a exposição, tais empreendimentos hidrelétricos estão devidamente licenciados pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP, entidade vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, conforme anexo de que trata o Art. 1º.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

23

legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

(grifos nossos)

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

(grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

24

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
(grifos nossos)

Cumpre salientar, quanto às definições dos empreendimentos, a previsão do artigo 2º da Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 09/2010:

Art. 2º Para efeito desta Resolução entende-se por:

a. CGH - Central Geradora Hidrelétrica - unidade geradora de energia com potencial hidráulico igual ou inferior a 1 MW (um megawatt), normalmente com barragem somente de desvio, em rio com acidente natural que impede a subida de peixes.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

15

b. PCH - Pequena Central Hidrelétrica - é toda usina hidrelétrica de pequeno porte cuja capacidade instalada seja superior a 1MW (um megawatt) e até 30MW (trinta megawatts) e cuja área do reservatório não seja maior que 3 km² (300 ha), ou assim definidas pela ANEEL, conforme Resolução nº 652 de 09 de dezembro de 2003.

c. UHE - Usina Hidrelétrica de Energia - é toda usina hidrelétrica cuja capacidade instalada seja superior a 30MW (trinta megawatts), que possua reservatório maior que 3 km² (300 ha) ou assim definidas pela ANEEL. (grifo nosso)

Ademais, consolida a viabilidade do presente projeto a previsão da Constituição do Estado do Paraná que estabelece, em seu artigo 209, a dependência da aprovação desta Assembleia Legislativa para a construção de centrais termoelétricas e hidrelétricas, conforme segue:

Art. 209. Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembleia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

26

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente projeto de lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO ALEXANDRE CURI

RELATOR

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER

Deps Elton

Dup. Pericles

29.04.13

Praça Nossa Senhora da Salette s/n° - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

24.04.13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

REQUERIMENTO

RECEBIDO
- PROTOCOLE-SE
II - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO
PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO
III - À DAP PARA PROVIDÊNCIAS
SALA DAS SESSÕES DATA

06 MAIO 2013

RESIDENTE

Senhor Presidente:

Requer a Transformação das Sessões Plenárias de 07 de maio, próxima terça-feira em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei 142/13.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **requerem**, com fundamento no art. 107 do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, de 07 de maio, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei 142/13 (Mensagem Governamental 033/13)

Sala das Sessões em, 06 de junho de 2013.

Deputado **Ademar Traiano**
Líder do Governo

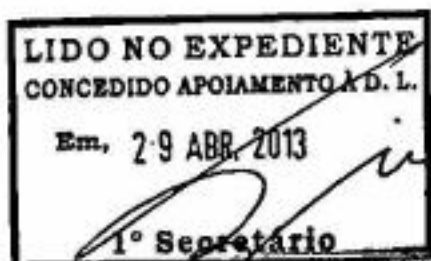
11-6-2013
1-Ademar Traiano
2-Ademar Traiano
3-Ademar Traiano
4-Ademar Traiano
5-Ademar Traiano
6-Ademar Traiano
7-Ademar Traiano
8-Ademar Traiano
9-Ademar Traiano
10-Ademar Traiano
11-Ademar Traiano
12-Ademar Traiano
13-Ademar Traiano
14-Ademar Traiano
15-Ademar Traiano
16-Ademar Traiano
17-Ademar Traiano
18-Ademar Traiano
19-Ademar Traiano
20-Ademar Traiano
21-Ademar Traiano
22-Ademar Traiano
23-Ademar Traiano
24-Ademar Traiano
25-Ademar Traiano
26-Ademar Traiano
27-Ademar Traiano
28-Ademar Traiano
29-Ademar Traiano
30-Ademar Traiano
31-Ademar Traiano
32-Ademar Traiano
33-Ademar Traiano
34-Ademar Traiano
35-Ademar Traiano
36-Ademar Traiano
37-Ademar Traiano
38-Ademar Traiano
39-Ademar Traiano
40-Ademar Traiano
41-Ademar Traiano
42-Ademar Traiano
43-Ademar Traiano
44-Ademar Traiano
45-Ademar Traiano
46-Ademar Traiano
47-Ademar Traiano
48-Ademar Traiano
49-Ademar Traiano
50-Ademar Traiano
51-Ademar Traiano
52-Ademar Traiano
53-Ademar Traiano
54-Ademar Traiano
55-Ademar Traiano
56-Ademar Traiano
57-Ademar Traiano
58-Ademar Traiano
59-Ademar Traiano
60-Ademar Traiano
61-Ademar Traiano
62-Ademar Traiano
63-Ademar Traiano
64-Ademar Traiano
65-Ademar Traiano
66-Ademar Traiano
67-Ademar Traiano
68-Ademar Traiano
69-Ademar Traiano
70-Ademar Traiano
71-Ademar Traiano
72-Ademar Traiano
73-Ademar Traiano
74-Ademar Traiano
75-Ademar Traiano
76-Ademar Traiano
77-Ademar Traiano
78-Ademar Traiano
79-Ademar Traiano
80-Ademar Traiano
81-Ademar Traiano
82-Ademar Traiano
83-Ademar Traiano
84-Ademar Traiano
85-Ademar Traiano
86-Ademar Traiano
87-Ademar Traiano
88-Ademar Traiano
89-Ademar Traiano
90-Ademar Traiano
91-Ademar Traiano
92-Ademar Traiano
93-Ademar Traiano
94-Ademar Traiano
95-Ademar Traiano
96-Ademar Traiano
97-Ademar Traiano
98-Ademar Traiano
99-Ademar Traiano
100-Ademar Traiano



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 09/2013





Aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para Investigação e Fiscalização das Obras de Preparação para a Copa do Mundo de 2014.

Art. 1º Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para Investigação e Fiscalização das Obras de Preparação para a Copa do Mundo de 2014, constituída pelo Ato do Presidente nº 21/2012, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 318, de 6/11/12, suas conclusões e encaminhamentos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2013.


Deputado **FABIO CAMARGO**
Presidente


Deputado **JONAS GUIMARÃES**
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



JUSTIFICATIVA

A presente Proposição tem por objetivo dar cumprimento ao inciso I do art. 38, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa ao apresentar, para ser apreciado e votado pelos nobres Parlamentares, o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para Investigação e Fiscalização das Obras de Preparação para a Copa do Mundo de 2014.

A referida CPI foi proposta por Requerimento do Deputado Fábio Camargo, protocolado sob o nº 6447/12-DAP, de 22/10/12 e constituída pelo Ato do Presidente nº 21/2012, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 318, de 6/11/12.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 16 ABR. 2013

1º Secretário

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A
INVESTIGAR E FISCALIZAR AS OBRAS DE
PREPARAÇÃO PARA A COPA DO MUNDO DE
FUTEBOL DE 2014 QUE ESTÃO SENDO
REALIZADAS NO ESTADO DO PARANÁ.

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL, 17/11/13



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

PRESIDENTE:

DEPUTADO FABIO CAMARGO

RELATOR:

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES

MEMBROS TITULARES:

DEPUTADO ADEMIR BIER

DEPUTADO MAURO MORAES

DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER

DEPUTADO GILBERTO RIBEIRO

DEPUTADO NEY LEPREVOST



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ



1.1 DA CONSTITUIÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO

1.1.1 Da Constituição

1.1.2 Da Composição

1.1.3 Da Presidência, Instalação, Eleição do Vice-Presidente e do Relator

1.1.4 Do Funcionamento

1.1.5 Do Prazo

1.2 DA DOCUMENTAÇÃO

1.2.1 Ofícios expedidos

1.2.2 Documentos recebidos, anexos e depoimentos

1.2.3 Convites

1.3 RESUMO DAS REUNIÕES

1.4 VOTO DO RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

1.1 DA CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO

1.1.1- Da Constituição

O requerimento para criação da referida Comissão foi apresentado em plenário em 22/10/2013, com assinatura de 19 deputados e teve sua proposição aprovada nos termos regimentais. Em decorrência disso pelo Ato do Presidente de n. 21/2012, publicado no D.O. de 06/11/2012, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo por supedâneo os artigos 36 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e 62 da Constituição Estadual, constituiu a Comissão Parlamentar de Inquérito para Investigar e Fiscalizar as Obras da Copa do Mundo de Futebol de 2014 no Estado do Paraná com prazo inicial de 120 (cento e vinte) dias, sendo composta por 07 (sete) membros.

1.1.2- Da Composição

A Comissão Parlamentar de Inquérito foi composta pelos Deputados Jonas Guimarães, titular e Anibelli Neto, suplente; Ademir Bier, titular e Caíto Quintana, suplente, todos do PMDB; Ney Leprevost, titular e Evandro Júnior, suplente, Mauro Moraes, titular e Francisco Buhner, suplente, todos indicados pelo PSDB; Toninho Wandscheer, titular e Péricles de Mello, suplente, ambos do PT; Gilberto Ribeiro, titular e Hermas Brandão Júnior, suplente, ambos indicados pelo Bloco PSB/PSC/PRB e, finalmente, Fabio Camargo, titular e Duílio Genari, suplente, ambos indicados pelo Bloco PP/PV/PTB/PSL.

1.1.3- Da Presidência, Instalação, Eleição do Vice-Presidente e Designação do Relator

1.1.3.1- Na mesma sessão de instalação, realizada em 06/11/2012, procedeu-se a eleição do presidente e do relator da comissão, sendo eleitos o Deputado Fabio Camargo, presidente, e Deputado Jonas Guimarães o relator.

1.1.3.2- Nos termos do art. 37, I do Regimento Interno a comissão também requisitou para assessorar tecnicamente o servidor Jorge Augusto Derviche Casagrande, matrícula nº 10153, em espaço próprio disponibilizado pela casa.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

1.1.4- Do Funcionamento

Devidamente instalada e estabelecidas as normas gerais de seu funcionamento, a Comissão realizou uma Reunião de Instalação em 06/11/2013 e cinco Reuniões Ordinárias, em 13/11/2012, 20/11/2012, 27/11/2012, 04/12/2012 e 19/03/2013.

1.1.5- Do Prazo

A Comissão foi aprovada para funcionar por 120 dias e iniciou seus trabalhos em 06/11/2013, com a instalação, e encerrou em última reunião ordinária em 19/03/2013. Nesse interim foi obedecida a suspensão geral de atividades de prazos em razão de recesso parlamentar, de 20/12/2012 a 21/01/2013.



1.2- DA DOCUMENTAÇÃO
1.2.1- DOS OFÍCIOS EXPEDIDOS

Nº	TIPO DOC	DATA	DESTINATÁRIO / NOME	EMPRESA / CARGO	ASSUNTO
01/2012- C2014	OFÍCIO	07/11/2012	SR. ROBERTO COSTA CURTA	DIRETOR ADMINISTRATIVO	Solicitação de equipamentos para trabalhos CPI COPA
02/2012- C2014	OFÍCIO	07/11/2012	SR. DIRETOR DE DIVULGAÇÃO	DIRETOR DE DIVULGAÇÃO	Solicitação de cobertura e gravação, taquigrafia, som e copa para 1ª Reunião da Comissão CPI COPA 2014.
03/2012- C2014	OFÍCIO	19/11/2012	DR. GILBERTO GIACOIA	MINISTÉRIO PÚBLICO/PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA	Solicitação de membro do Ministério Público para acompanhar os trabalhos da Comissão CPI COPA 2014.
04/2012- C2014	OFÍCIO	19/11/2012	DR. JOSÉ LÚCIO GLOMB	OAB/PRESIDENTE DA SECCIONAL PARANÁ	Solicitação de representante da OAB- PR para acompanhar os trabalhos da Comissão CPI COPA 2014.
05/2012- C2014	OFÍCIO	19/11/2012	SR. CARLOS ALBERTO RICHIA	GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ	Solicitação de : A) todos os contratos (em que o governo seja anuente, interviente ou parte), convênios regulamentações, portarias, ofícios e etc relativos às obras de preparação para a Copa do Mundo de 2014 no Estado do Paraná, em especial Matriz de Responsabilidade firmada entre os entes federados; B) infor- mações acerca do andamento das obras, custo orçado inicialmente e custo efetivo (final) e/ou projeção, bem como , onde há repasse de verbas Estaduais ou Federais, essas últimas por meio de órgãos, empresas



				ou entidades do Governo do Estado, bem como demais informações, documentos ou relatórios que forem pertinentes; C) Organização dos documentos solicitados por local (obra) e data e demais informações que se façam pertinentes.
06/2012- C2014	OFÍCIO	19/11/2012	SR. LUCIANO DUCCI	PREFEITO DA CIDADE DE CURITIBA
07/2012-	OFÍCIO	19/11/2012	SR. CORONEL	CHEFE DO GABINETE
				Solicitação de dois policiais militares se façam pertinentes.



C2014			ARILDO LUIS DIAS	MILITAR DA ALEP	uniformizados, armados, bem como veículo de apoio para a realização da Segunda
					Reunião Ordinária da Comissão CPI COPA 2014 a ser realizada no dia 20/11/2012 às 18:00 na Sala das Comissões da ALEP
106/2012-GAB	OFÍCIO	19/11/2012	SR. PLAUTO MIRO	PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ALEP	Comunicado acerca da utilização da sala concedida para a 5ª Secretária, bem como a vaga de estacionamento e funcionários do Gabinete do Parlamentar destacados para realizar os trabalhos técnicos pertinentes à CPI COPA 2014.
02/2012-C2014	CONVITE	14/11/2012	SR. MÁRIO CELSO PETRAGLIA	PRESIDENTE CAP S/A ARENA DOS PARANAENSES	Convite para esclarecimentos de questões levantadas em reunião anterior desta Comissão de Inquérito.
03/2012-C2014	CONVITE	26/11/2012	SR. FERNANDO AUGUSTO DE MELO GUIMARÃES	PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ	Convite para a Reunião Ordinária da Comissão CPI COPA 2014 abordando temas relativos à Comissão de Fiscalização da COPA 2014 a ser realizada no dia 27/11/12 às 18:00 na Sala das Comissões na ALEP.
04/2012-C2014	CONVITE	03/12/2012	SR. MARIO CELSO CUNHA	SECRETÁRIO ESPECIAL PARA ASSUNTOS DA COPA DO MUNDO 2014	Convite para a Reunião Ordinária da Comissão CPI COPA 2014 abordando temas relativos à Comissão de Fiscalização da COPA 2014 a ser realizada no dia 04/12/12 às 18:00 na Sala das Comissões na ALEP.



05/2012- C2014	CONVITE	12/12/2012	DR. JURACI BARBOSA SOBRINHO	DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ	Convite para a Reunião Ordinária da Comissão CPI COPA 2014 abordando temas relativos à Comissão de Fiscalização da COPA 2014 a ser realizada no dia 18/12/12 às 18:00 na Sala das Comissões na ALEP.
06/2012- C2014	CONVITE	12/12/2012	SR. LUIZ DE CARVALHO	SECRETÁRIO MUNICIPAL PARA ASSUNTOS DA COPA DO MUNDO 2014	Convite para a Reunião Ordinária da Comissão CPI COPA 2014 abordando temas relativos à Comissão de Fiscalização da COPA 2014 a ser realizada no dia 18/12/12 às 18:00 na Sala das Comissões na ALEP.
01/2012- C2014	EDITAL	08/11/2012	CONVOCAÇÃO DOS DEPUTADOS MEMBROS DA COMISSÃO	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ - ALEP	Convocação para reunião ordinária a ser realizada no dia 13/11/2012 às 18:00 na Sala das Comissões para definir o roteiro de trabalho e as primeiras diligências a serem realizadas.
02/2012- C2014	EDITAL	14/11/2012	CONVOCAÇÃO DOS DEPUTADOS MEMBROS DA COMISSÃO	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ - ALEP	Convocação para reunião ordinária a ser realizada no dia 20/11/2012 às 18:00 na Sala das Comissões para definir o roteiro de trabalho e as primeiras diligências a serem realizadas.
03/2012- C2014	EDITAL	22/11/2012	CONVOCAÇÃO DOS DEPUTADOS MEMBROS DA COMISSÃO	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ - ALEP	Convocação para reunião ordinária a ser realizada no dia 27/11/2012 às 18:00 na Sala das Comissões para definir o roteiro de trabalho e as primeiras diligências a serem realizadas.
04/2012- C2014	EDITAL	03/12/2012	CONVOCAÇÃO DOS	ASSEMBLÉIA	Convocação para reunião ordinária a



C2014			DEPUTADOS MEMBROS DA COMISSÃO	LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ - ALEP	ser realizada no dia 04/12/2012 às 18:00 na Sala das Comissões para definir o roteiro de trabalho e as primeiras diligências a serem realizadas.
05/2012- C2014	EDITAL	11/12/2012	CANCELAMENTO DE REUNIÃO CPI COPA 2014	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ - ALEP	Cancelamento de Reunião agendada para o dia 11/12/2012, sendo resignada a oitiva do Presidente da Agência de Fomen- to do Paraná para o dia 18/12/2012 às 18:00, feita juntamente com o Secretário Municipal de Assuntos da Copa.
05/2012- C2014	EDITAL	12/12/2012	CONVOCAÇÃO DOS DEPUTADOS MEMBROS DA COMISSÃO	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ - ALEP	Convocação para reunião ordinária a ser realizada no dia 18/12/2012 às 18:00 na Sala das Comissões para definir o roteiro de trabalho e as primeiras diligências a serem realizadas.
06/2012- C2014	EDITAL	18/12/2012	CANCELAMENTO DE REUNIÃO CPI COPA 2014	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ - ALEP	Cancelamento Da Quinta Reunião Ordinária agendada para o dia 18/12/2012, sendo oportunamente reagendada.



1.2.2 - DOCUMENTOS RECEBIDOS/ ANEXOS E DEPOIMENTOS



Nº	TIPO DOC	DATA	REMETENTE / NOME	EMPRESA / CARGO	ASSUNTO
1	ATA	06/11/2012	DEPUTADOS MEMBROS DA COMISSÃO CPI COPA 2014	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ - ALEP	Ata de instalação da CPI DAS OBRAS DA COPA DO MUNDO 2014.
-	ATO PRESID	06/11/2012	DEPUTADO VALDIR ROSSONI	PRESIDENTE ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ	Constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito conforme proposição do Deputado Fabio Carmargo.
2742/2012 DL	OFÍCIO	06/11/2012	LÚCIA FELICIDADE DIAS	DIRETORA LEGISLATIVA - ALEP	Informa que a CPI foi instituída pelo Ato do Presidente nº 18 de 06/11/2012 e solicita a minuta de ata de instalação para publicação no Diário Oficial.
1256/12	OFÍCIO	04/12/2012	DEPUTADO NEY LEPREVOST	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ - ALEP	Justificativa de ausência na Reunião do dia 04/12/2012.
1132/12	OFÍCIO	12/11/2012	DEPUTADO NEY LEPREVOST	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ - ALEP	Justificativa de ausência na Reunião do dia 13/12/2012.
1203/12	OFÍCIO	26/11/2012	DEPUTADO NEY LEPREVOST	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ - ALEP	Solicitação de Suplente para a 3ª Reunião Ordinária da CPI das Obras da Copa 2014 do dia 27/11/2012 às 18:00h.
2	E-MAIL	18/12/2012	DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ - ALEP	Justificativa de ausência da Reunião do dia 18/12/2012.



2226/2013-2	RECIBO	05/03/2013	RAFAEL DOMINGOS DOZZA MESSAGI	COORDENADOR DO SETOR DE PATRIMÔNIO - ALEP	Termo de Responsabilidade de móveis e equipamentos cedidos para CPI das Obras da Copa 2014.
1831/12-OPD/GP	OFÍCIO	13/11/2012	DR. FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES	PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ	Envio de Relatórios nº 01,02,03,04 da Comissão de Fiscalização da COPA 2014.
265/13	OFÍCIO	04/03/2013	DEPUTADO NEY LEPREVOST	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ - ALEP	Informa o destigmatamento da CPI das Obras da Copa 2014 e a solicitação ao líder do PSDB/PSD para a designação de um novo membro.
			DIÁRIO OFICIAL EDIÇÃO Nº 318 PUBLICAÇÃO Nº 163	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ - ALEP	Ato do Presidente Valdir Rossoni nº 21/2012 declarando instituída a Comissão Parlamentar de Inquérito CPI Copa 2014.
Edição nº318	DIÁRIO OF	06/11/2012	DIÁRIO OFICIAL EDIÇÃO Nº 322 PUBLICAÇÃO Nº 167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ - ALEP	Ata de Instalação da CPI DAS OBRAS DA COPA DO MUNDO 2014.
Edição nº322	DIÁRIO OF	12/11/2012	5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF	KANGO BRASIL LTDA.	Aquisição de cadeiras da Empresa Kango Brasil Ltda. Processo com 200 páginas. Vol I
Processo 2012.01.1.133703-2	MANDADO DE SEGURANÇA	28/08/2012	5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF	KANGO BRASIL LTDA.	Aquisição de cadeiras da Empresa Kango Brasil Ltda. Processo com 254 páginas. Vol II
Processo 2012.01.1.133703-2	MANDADO DE SEGURANÇA	28/08/2012	EMPRESA INTERVENIENTE: AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A.		Contrato de financiamento mediante abertura de crédito que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econô
Doc nº 01	MINUTA DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO	s/ data def	BNDS / ESTADO DO PARANÁ		

Q

Q

Q

Q

[Handwritten signature]



					mico e Social- BNDS e o Estado do Paraná. Minuta com 20 páginas.
Doc n° 02	CONTRATO DE FINANCIAMENTO	05/06/2012	AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A.	AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A.	Contrato de financiamento mediante abertura de crédito n° 002/12 que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento
					Econômico - FDE e a CAP S/A - ARENA DOS PARANAENSES. Contrato com 21 páginas.
Doc n° 03	PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO	05/10/2012	AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A.	AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A.	Primeiro aditivo ao contrato de financiamento mediante abertura de crédito n° 001/12 firmado entre o Fundo de Desenvolvimento -
					mento Econômico- FDE e a CAP S/A- ARENA DOS PARANAENSES. Documento com 10 páginas.
	RASCUNHO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO		AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A.	AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A.	Contrato de financiamento mediante abertura de crédito n° 002/12 que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento
Doc n° 04		18/09/2012	PARANÁ S/A.	PARANÁ S/A.	Econômico - FDE e a CAP S/A - ARENA DOS PARANAENSES. Contrato com 21 páginas. RASCUNHO
					DIVERSOS
Doc n° 05	E-MAILS DIVERSOS	s/ data def			
					Ex integrante do Conselho de Administração e Ex Diretor Idco CAP/AS
Documentos 1° Audiência	DOCUMENTOS DIVERSOS	13/11/2012	DR. JOSÉ CID CAMPELO FILHO	DR. JOSÉ CID CAMPELO FILHO	Diversos documentos como e-mails, cópia de contratos, orçamentos, Processo n° 2012.01.133703-2 vol I e vol II, bem como notificação extrajudicial recebida por patrono constituído pela CAP S/A.
					Ex integrante do Conselho de Administração e Ex Diretor Idco CAP/AS
Documentos 1° Audiência	DOCUMENTOS DIVERSOS	13/11/2012	DR. JOSÉ CID CAMPELO FILHO	DR. JOSÉ CID CAMPELO FILHO	Diversos documentos como Ata da Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima e Estatuto Social CAP S/A. ARENA
					DOS PARANAENSES, Ata de Reunião do Conselho de Administração, Ata da 1° Assembleia Geral Extraordinária, Matriz de Res-

Q

Q

Q



					ponsabilidade celebrados entre União- Ministério do Esporte, Governo do Estado do Paraná e Prefeitura Municipal de Curitiba,
					Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, o Município de Curitiba e o Clube Atlético Paranaense com intervenção do IPPUC, Plano de trabalho dos valores aportados pelo Estado, Aditivos 19275/01, 19275/02, 19275/03, 19275/04 ao Convênio
					celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Curitiba e o Clube Atlético Paranaense com intervenção do IPPUC, Anexo A-Ofício nº 2014/000.135, Anexo B-Ofício nº 2014/000.187, Anexo C-Planilha de Obras de adequações Estádio Joaquim
					Américo, Anexo D- Plano de Trabalho dos Valores Aportados pela CAP S/A e seus anexos A, A-1, A-2, B, C, D e outros documentos-
					tos diversos.
					Relatório da Piumi Consultoria sobre Impactos e Oportunidades da Copa 2014 em Curitiba, Diversas reportagens e emails para
Documentos 2º Audiência	DOCUMENTOS DIVERSOS - ENCADERNADOS	20/11/2012	SR. MARIO CELSO PETRAGLIA	PRESIDENTE CAP S/A ARENA DOS PARANAENSES	esclarecimento de denúncias, Diversos documentos desde carta convite para as empresas para licitação, análise técnica, administrativa e comercial dos assentos, projetos arquitetônicos, contrato de prestação de serviço de Elaboração de projeto
					arquitetônico da Kyocera Arena e do Complexo do Clube Atlético Paranaense, Projetos da ARENACOPA 2008, 2009,2010,2011
					Registro de Responsabilidade Técnica, Matriz de Responsabilidade celebrado entre União, Governo do Estado do Paraná e Pre-
					feitura do Município de Curitiba, Documentos CREA-PR, Termos Aditivos, Ofícios 2014/000.135, 2014/000.187, Plano



					de Trabalho
			PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ		dos Valores Aportados pela CAP S/A, Ofícios 571/2012 - PGM.
Documentos 3ª Audiência	DOCUMENTOS DIVERSOS - ENCADERNADOS	27/11/2012	DR. FERNANDO GUIMARÃES		Caderno- Relatório nº 01/2012 Protocolo TC-PR 22904-7/12 Comissão de Fiscalização da Copa 2014 com 93 páginas Caderno- Relatório nº 02/2012 Comissão de Fiscalização da Copa 2014 com 30 páginas Caderno- Relatório nº 03/2012 Comissão de Fiscalização da Copa 2014 com 28 páginas Caderno- Relatório nº 04/2012 Comissão de Fiscalização da Copa 2014 com 145 páginas. Relatório de Atividades da Comissão de Fiscalização dos Recursos Aplicados para a realização da Copa 2014 do Tribunal de Contas sobre a CAP S/A. Processo nº 229047/12- Requerimento Interno - Despacho 954/12 com 215 páginas.
OFÍCIO Nº 067/2012 SECOPA	DOCUMENTOS DIVERSOS -	19/12/2012	Sr. LUIZ DE CARVALHO	SECRETÁRIO MUNICIPAL DA	Relatórios : Matriz de Responsabilidade, Termo Aditivo da Matriz, Termo de Compromisso, Convênio Estado, Município



ENCADERNADOS				COPA 2014	e Clube
					Atlético Paranaense, Termo Aditivo do Convênio 19275/01, Termo Aditivo do Convênio 19275/02, Termo Aditivo do Convênio
					19275/03, Termo Aditivo do Convênio 19275/04, Termo Aditivo do Convênio 19275/05, Decretos, Host Citys (inglês e traduzidos),
					First Amendment (inglês e traduzido). Protocolos 04-044321/2012, 04-044566/2012, 04-043705/2012.
PROTOCOLO Nº 11.722.004-4	DOCUMENTOS DIVERSOS	11/12/2012	SR. LUIZ EDUARDO SEBASTIANI	CHEFE DA CASA CIVIL	Relatórios : Matriz de Responsabilidade, Termo Aditivo da Matriz, Termo de Compromisso, Convênio Estado, Município e Clube
OFÍCIO CEE/CC 2362/12					Atlético Paranaense, Termo Aditivo do Convênio 19275/01, Termo Aditivo do Convênio 19275/02, Termo Aditivo do Convênio
					19275/03, Termo Aditivo do Convênio 19275/04
					Aportados pelo Estado, Anexos A, B, C, D e E.
Documentos 4º Audiência	DOCUMENTOS DIVERSOS	04/12/2012	SR. MÁRIO CELSO CUNHA	SECRETÁRIO ESTADUAL PARA ASSUNTOS DA COPA 2014	4º Relatório Mensal de Acompanhamento (acumulado) - Planilha, 4º Balanço de Ações para a Copa Cidade-sede de Curitiba, Lista dos Centros de Treinamentos de Seleções.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

1.2.3- Editais de Convocação

DATA	Nº EDITAL	OBJETO
08/11/2012	01/2012-C2014	Convocação para 1º Reunião Ordinária da CPI COPA 2014 no dia 13/11/12
14/11/2012	02/2012-C2014	Convocação para 2º Reunião Ordinária da CPI COPA 2014 no dia 20/11/12
22/11/2012	03/2012-C2014	Convocação para 3º Reunião Ordinária da CPI COPA 2014 no dia 22/11/12
03/12/2012	04/2012-C2014	Convocação para 4º Reunião Ordinária da CPI COPA 2014 no dia 04/12/12
12/12/2012	05/2012-C2014	Convocação para 5º Reunião Ordinária da CPI COPA 2014 no dia 18/12/12
18/12/2012	06/2012-C2014	Cancelamento da 5ª Reunião Ordinária da CPI COPA 2014 do dia 18/12/12
18/03/2013	01/2013-C2014	Nova data para a 5ª Reunião Ordinária da CPI COPA 2014 P/ dia 19/03/13

1.2.4- ATAS

DATA	TIPO DOC	Nº DOC	DESTINATÁRIOS	OBJETO
20/11/2012	ATA	-	DEP. MEMBROS CPI COPA 2014	INSTAURAÇÃO DA CPI COPA 2014
13/11/2012	CONVITE	01/2012-C2014	DR. CID CAMPELO FILHO	DEPOIMENTO NA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
14/11/2012	CONVITE	02/2012-C2014	SR. MARIO CELSO PETRAGLIA	DEPOIMENTO NA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA
26/11/2012	CONVITE	03/2012-C2014	DR FERNANDO GUIMARÃES	DEPOIMENTO NA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA
03/12/2012	CONVITE	04/2012-C2014	SR. MARIO CELSO CUNHA	DEPOIMENTO NA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA
12/12/2012	CONVITE	05/2012-C2014	DR. JURACI B. SOBRINHO	DEPOIMENTO NA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA
12/12/2012	CONVITE	06/2012-C2014	SR. LUIZ DE CARVALHO	DEPOIMENTO NA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA
19/03/2012	ATA	-	DEP. MEMBROS CPI COPA 2014	ENCERRAMENTO DA CPI COPA 2014



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

1.3 RESUMO DAS REUNIÕES

As Reuniões se procederam da seguinte forma:

SÍNTESE DA ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A COPA DO MUNDO DE 2014 NO ESTADO DO PARANÁ.

DATA: 13/11/2012

HORÁRIOS: 18H

CONVIDADO: DR. CID CAMPÊLO FILHO

O convidado relatou que compunha a vice presidência e a diretoria jurídica da CAP/SA, empresa criada para o propósito específico da reforma e ampliação do Estádio Joaquim Américo, e que tais cargos foram por ele renunciados restando-lhe apenas a titularidade de sócio do clube.

Discorreu sobre a observância de irregularidades com relação à aquisição de cadeiras provenientes de empresas cuja propriedade era do filho do Presidente do Clube Atlético e da CPA/SA. Sr. Mário Celso Petraglia; confrontando tal aquisição diante de outros orçamentos que apresentavam preços menores, inclusive da própria empresa Kango que segundo ele, ofereceu o mesmo produto para Brasília ao valor de 151,06 e o CAP/SA. comprou por 259,00, ou seja 53% a mais do que o preço ofertado para Brasília, e que Brasília fechou o contrato com outra empresa que ofertou o valor unitário de 138,51, deste modo deixa subentendido que há indícios de compra super faturada. Alegou ainda, que a justificativa de tal compra se deu ao quesito qualidade segundo argumento do primo do Presidente Mário Celso Petraglia.

Além de apontar irregularidades no processo de licitação e improbidade administrativa, alega também, que não há transparência com relação à acessibilidade dos contratos e que a empresa acolhida pela comissão de licitação teve ordem de depósito, determinada pelo Presidente Mário Celso Petraglia, no valor de 4 milhões referente à metade do valor do contrato sem este estar devidamente assinado.

SÍNTESE DA ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A COPA DO MUNDO DE 2014 NO ESTADO DO PARANÁ.

DATA: 20/11/2012



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

HORÁRIOS: 18H

CONVIDADO: SR. MARIO CELSO PETRAGLIA

Primeiramente foram feitas ao convidado Mário Celso Petraglia indagações acerca dos motivos das observações negativas que o Dr. Cid Campêlo atribuiu à sua gestão das obras da Copa 2014 por parte do Clube Atlético Paranaense.

O Sr. Mario Celso Petraglia trouxe a lume vários pontos abordados pelo Dr. Cid Campêlo, como por exemplo o procedimento do convite para licitação às 13 empresas, sendo que 8 aceitaram participar, bem como prestou esclarecimentos quanto à contratação das cadeiras, dos projetos, assim como seus financiamentos, encargos e amortização de dívidas,

Alegou que a empresa contratada para compra das cadeiras, de propriedade de seu filho já prestava serviços ao Clube Atlético Paranaense antes da reforma para a Copa de 2014 e que o modelo orçado para Brasília nada tem em comum com os adquiridos pelo CAP/SA. o que justifica a divergência de preços, que a escolha deste modelo de cadeira atende às exigências da FIFA, disse ainda que, quanto às publicações dos contratos, estes estão disponíveis para análise do Ministério Público, Tribunal de Contas, Assembléia Legislativa e demais entidades.

Prestou também esclarecimentos sobre a aquisição de materiais e prestações de serviços da CAP/SA. bem como quem são as pessoas que participam do procedimento de escolha.

Colocou-se à disposição para todo e quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

SÍNTESE DA ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A COPA DO MUNDO DE 2014 NO ESTADO DO PARANÁ.

DATA: 27/11/2012

HORÁRIOS: 18H

CONVIDADO: DR. FERNANDO GUIMARÃES – PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Discorreu sobre a competência do Tribunal de Contas para fiscalizar a ação consorciada entre os poderes públicos e o CAP/SA. Fez apontamentos acerca das sete obras com relação ao seu andamento, estágio da obra, seus custos alterados em virtude de problemas de projetos nas cartas consultas, o que gerou dificuldades na aprovação de financiamentos para orçamentos alterados.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Disse ainda que grande parte das obras estaduais estão com as licitações cumpridas e que não há possibilidade de haver ausência de licitações, também falou sobre as dificuldades encontradas no processo de desapropriação e deixou claro que algumas informações prestadas pelo Município sem esclarecimentos fundamentais dificulta a atividade de controle.

Providências como o envio de ofício para que o Município e o Estado apresentem um plano de ação serão tomadas e encaminhadas, o que à posteriori será remetido à Assembléia Legislativa do Paraná para apreciação.

O Ministério Público tem acompanhado o trabalho do Tribunal de Contas

SÍNTESE DA ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A COPA DO MUNDO DE 2014 NO ESTADO DO PARANÁ.

DATA: 04/12/2012

HORÁRIOS: 18H

CONVIDADO: MARIO CELSO CUNHA – SECRETÁRIO ESTADUAL PARA ASSUNTOS DA COPA 2014

Discorreu sobre os impactos positivos da Copa para o Estado do Paraná com relação à geração de empregos e turismo, que a Arena da Baixada foi a única interessada a participar do projeto e que esta foi sem dúvida a alternativa mais econômica face ao investimento público dispendido em outros estádios do Brasil para sua construção.

Disse também que algumas obras estão atrasadas em virtude à mudança de cálculos, devido ao aumento de insumos ou mudanças estratégicas para viabilizar a obra.

Em síntese, discorreu sobre o estágio de cada obra, admitindo atrasos mas assegurando que estarão prontas à tempo para a Copa 2014.

SÍNTESE DA ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A COPA DO MUNDO DE 2014 NO ESTADO DO PARANÁ.

Às dezoito horas, do vigésimo dia do mês de novembro do ano de 2012, compareceram à Sala de Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná os Deputados FABIO CAMARGO (PRESIDENTE); JONAS GUIMARÃES (RELATOR), ADEMIR BIER, GILBERTO RIBEIRO, membros da supracitada comissão bem como o Deputado LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI, além do advogado e



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

funcionário da casa responsável pela Comissão, Dr. Jorge Augusto Derviche Casagrande, OAB/PR n. 53.927 e Mat. 10153. O presidente declarou aberta a sessão, leu o ato de instauração e ata de constituição da supracitada comissão e os dispositivos regimentais autorizadores. Foram discutidas questões regimentais internas da casa atinentes à comissão bem como lida minuta de voto do relator relativamente às reuniões já realizadas e aos documentos já recebidos. Ponderaram os membros que, a princípio, não há mais nenhuma diligência ou ato útil e prática a ser tomada pela comissão, razão pela qual decidem pelo seu encerramento. Em nada mais havendo, o Presidente deu por encerrada a sessão.

Sala de Sessões, 19 de Março de 2013.

1.4- DO VOTO DO RELATOR

1. Da obra do Estádio Joaquim Américo

Uma das grandes e ruidosas causas de abertura da presente comissão de inquérito foi a fiscalização das obras no estádio Joaquim Américo, que estavam sendo financiadas em parte pelo governo do estado e pelo município através de uma engenharia financeira, conforme relatado. Por entender pela existência de recursos públicos o Tribunal de Contas do Estado (TCE) hoje analisa as contas da empresa CAP S.A., responsável pelas obras no estádio.

Conforme denúncia, entre outros fatos, o mais relevante seria um suposto desvio em razão de suposto favorecimento de uma determinada empresa para a aquisição de cadeiras para o estádio Joaquim Américo e, ainda, que esta referida empresa teria como um de seus sócios acionistas pessoa com vínculos familiares de membro da diretoria da CAP S.A. E, em sendo assim, haveria aí uma suposta inconsistência envolvendo recursos públicos uma vez que o material adquirido (cadeiras) seria muito mais caro do que o de demais licitantes para o fornecimento.

Pois bem, até mesmo após a aprovação de perícia nas referidas cadeiras, o que havia sido aprovado por esta comissão, ficou patente que a contrapartida ao projeto do Estádio Joaquim Américo pelo Estado e pelo Município não mudaria, ou seja, ainda que a CAP S.A. optasse por investir em itens acima daqueles exigidos pela FIFA, sejam cadeiras, teto retrátil etc., que



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

exorbitassem o projeto original, a contrapartida do estado e do município permaneceriam iguais, sendo que o Clube Atlético Paranaense ou mesmo a CAP S.A. arcaria com a diferença.

Em assim, havendo monitoramento do TCE e considerando que a obra ainda permanece em continuidade houve, ao menos nesse momento, o desaparecimento do interesse público fiscalizatório desta CPI.

Uma vez que o recurso exorbitante é proeminentemente privado e, ainda assim, nesta parte que exorbitem os valores ou projeto originário, o interesse é eminentemente privado, ou seja, o Clube Atlético Paranaense e a CAP SA em seu âmbito social devem discutir as referidas decisões buscando as vias adequadas. Como, a princípio, não houve a constatação de indícios de desvios ou de operações temerárias não pode essa CPI se imiscuir no âmbito social de um Clube que está munido de estatuto e regimentos regulatórios próprios.

Foi acusado atraso junto a Fomento do Paraná relativamente a liberação de recursos a obra. De fato a liberação poderia ter sido mais rápida no entanto o atraso é razoavelmente justificável considerando os trâmites internos dos agentes financeiros.

Outrossim, com o recebimento e análise pela CPI de relatórios detalhados do Tribunal de Contas sobre as referidas obras, acompanhados de outros inúmeros documentos, todas as dúvidas da presente comissão foram, ao tempo da investigação, devidamente supridas.

2. Das obras sob a responsabilidade do Governo do Estado – PAC da Copa e das obras sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Curitiba – Matriz de Responsabilidades

No grande volume de documentos apresentados não foram encontrados, a princípio, vícios formais na documentação apresentada pelo Estado e pelo Município.

Assim como constatado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) há diversas obras que estão com a sua execução atrasada.

Da análise documental constatamos que o atraso na execução, para ambos os entes, não pode ser atribuído a irregularidades em procedimentos licitatórios, ao menos a princípio. Isso porque, conforme a princípio constatado, o atraso ocorre uma vez que os projetos inicialmente apresentados quando da habilitação das obras ao PAC da Copa acabaram por sofrer alterações de ordem técnica, uns de grande monta, o que causou atraso tanto nos certames licitatórios quanto na final liberação de recursos pelos agentes financiadores. Houve projeto que teve de ser "realocado" do PAC da Copa para outro programa em razão de posterior inviabilidade como, por exemplo, o Corredor Metropolitano.

Quanto ao estado atual de cada uma das obras o Tribunal de Contas bem relatou em seu monitoramento. Sobre o relatório apresentado pelo referido órgão os achados desta CPI não divergem.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Ficou claro ainda pela fiscalização promovida pela presente Comissão Parlamentar houveram benefícios faticamente aferíveis uma vez que a cooperação mútua do corpo técnico do Tribunal de Contas, Estado, Prefeitura, agentes financeiros e Assembleia do Estado em muito somou inclusive contribuindo para uma recuperação na velocidade e exequibilidade das obras de preparação para a copa do mundo.

3. Recomendações

Em resumo, afora a remessa de documentação e cópia de relatório ao Ministério Público, Tribunal de Contas, são as seguintes as principais recomendações atinentes a CPI.

- a) Sejam acompanhadas de forma permanente as obras de preparação para o evento "Copa do Mundo" por meio de comissão parlamentar estadual afeta ao tema, já existente (Comissão de Esportes). Produzindo relatório público de acompanhamento mensal ou trimestral.
- b) O acompanhamento das obras do Estádio Joaquim Américo, obras do estado e obras do município de forma constante pelo Ministério Público do Estado do Paraná e pelo Tribunal de Contas.

DEP. JONAS GUIMARÃES

RELATOR

CHALBERTO PRAZATO

TEODORO WIMASCHER

Admir Bion

ALVARO MORAES

**PARANÁ**GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em 17/04/2013

Presidente

VETO PARCIAL Nº 11/2013

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 019/2013-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 398/2011, por considerar a parte vetada inconstitucional, conforme os motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 398/2011, de autoria parlamentar, objetiva criar, conforme especifica, o Programa Semana de Identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná, tendo o veto parcial aposto incidido sobre as disposições do artigo 3º.

O não acolhimento ao referido artigo 3º decorre de razões de inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa, pois, no caso em exame, embora a matéria de fundo possa também ser de iniciativa legislativa de membro do Poder Legislativo, a disposição prevista no artigo ora vetado cria atribuições às Secretarias de Estado da Saúde e da Educação, violando o contido no inciso IV do art. 66 da Constituição Estadual senão veja-se:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Ora, ao atribuir às Secretarias de Estado da Saúde e da Educação a responsabilidade pela formulação de diretrizes para viabilizar a plena execução do referido programa, a parte vetada versou sobre atribuições

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.º 11.089.027-3

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 17 ABR. 2013

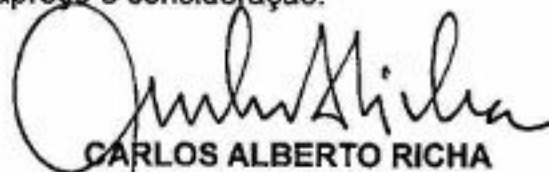
1º Secretário



dos referidos órgãos, prerrogativa essa de competência privativa do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Esses são os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Lei nº. 17533

Data 09 de abril de 2013

Súmula Cria o Programa Semana de Identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica implantado o Programa Semana de Identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná.

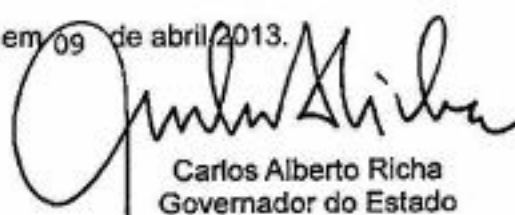
Parágrafo único. A iniciativa de que trata o *caput* deste artigo refere-se à aplicação de exame nos educandos matriculados na Rede Estadual de Ensino com enfoque para o Ensino Fundamental.

Art. 2º O Programa Semana de Identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino aplica-se também na capacitação periódica do corpo docente, proporcionando-lhes palestras, seminários, informativos, ou quaisquer outros, a fim de que aprendam a identificar, inicialmente, os sinais da Dislexia e de outros distúrbios nos alunos.

Art. 3º ...Vetado...

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 09 de abril 2013.



Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Michele Caputo Neto
Secretário de Estado da Saúde

Flávio Arns
Secretário de Estado da Educação

Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo

Dr. Batista
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 02

10

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 16 MAIO 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 398/11

Súmula: Cria o Programa Semana de Identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná.

Art. 1º Fica implantado o Programa Semana de Identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná.

Parágrafo único. A iniciativa de que trata o caput deste artigo refere-se à aplicação de exame nos educandos matriculados na Rede Estadual de Ensino com enfoque para o Ensino Fundamental,

Art. 2º O Programa "Semana de Identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino" aplica-se também na capacitação periódica do corpo docente, proporcionando-lhes palestras, seminários, informativos, ou quaisquer outros, a fim de que aprendam a identificar, inicialmente, os sinais da Dislexia e de outros distúrbios nos alunos.

Art. 3º Caberá à Secretaria de Estado da Saúde e da Educação a formulação de diretrizes para viabilizar a plena execução do Programa "Semana de Identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino", sendo necessária a criação de equipes multidisciplinares de profissionais para a execução plena do trabalho de prevenção, e após identificados os casos, encaminhá-los a um tratamento adequado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

DR. BATISTA

DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 11/2013

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 11/2013

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 398/2011, de autoria do Deputado Dr. Batista, que cria o Programa Semana de Identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 398/11, de autoria do Deputado Dr. Batista, que cria o Programa Semana de Identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná, tendo sido parcialmente vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerar, a parte vetada, inconstitucional, ante o vício de iniciativa caracterizado.

APROVADO

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

23.04.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 398/11 foi enviado à sanção e recebido na data de **19 de março de 2013**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 11/2013, foi exarada em data de **09 de abril de 2013**, sendo desta maneira tempestivo.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO TERCÍLIO TURINI

RELATOR